



PRIMEIRO RELATÓRIO PARCIAL DA AVALIAÇÃO 2018 CICLO AVALIATIVO 2018 A 2020

Recife – PE

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO.....	3
2.CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES – MISSÃO E ORGANOGRAMA	4
Trabalho e rendimento na cidade do Recife	10
Economia na cidade de Recife	10
Saúde e condições de vida no estado de Pernambuco.....	11
Educação na cidade de Recife	13
Educação superior	13
3.HISTÓRICO DA MANTENEDORA	15
4.HISTÓRICO DA MANTIDA	15
5. PROGRAMAÇÃO DE EXPANSÃO E ABERTURA DE CURSOS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ATUAL PDI - 2018/2022.....	19
6.CONCEITOS OBTIDOS PELO IPESU NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS.....	20
7.COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	20
a.Histórico da comissão própria de avaliação – CPA.....	21
b.Metodologia do processo avaliativo.....	23
a.Metodologia da coleta de dados	26
8.EIXOS ABRANGENDO AS 10 DIMENSÕES DOSINAES.....	25
9.CONCLUSÃO.....	34

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento foi desenvolvido com base nos dados colhidos pela CPA e pelos corpos Técnico- Administrativo e pedagógicos do Instituto Pernambucano de Ensino Superior - IPESU, frente aos parâmetros institucionais, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, as pesquisas da CPA, os processos avaliativos de Graduação realizados pelos avaliadores externos do INEP no campi do IPESU, localizado na Rua São Miguel, 176 – Afogados- RECIFE /PE.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação está constituída desde o ano de 2006 e atua em diversos processos avaliativos dos cursos (estrutura física avaliada por discentes, docentes e colaboradores; docentes pelos discentes; coordenadores pelos discentes; avaliação externa; clima organizacional e estrutura), verifica as solicitações da ouvidoria, ações de Conselho Acadêmico da IES e dos colegiados dos cursos. A Comissão está representada atualmente pelos seguintes membros:

Membros CPA

Representante da IES – Fábio Pereira Botelho (Coordenador da comissão)

Representante do Corpo Docente – Aristóteles Veríssimo

Representante do Corpo Discente – Maria Karolina Almeida Félix

Representante do pessoal Técnico-administrativo – Andréa Félix de Alcântara

Representante dos Egressos – Wellington Gusmão da Silva

Representante da Sociedade Civil – Vanda Ribeiro

Com a participação de cada um no processo de coleta de dados, a CPA pode levantar os pontos fortes e fragilizados da instituição e assim, debater coletivamente os rumos que queremos para a IES. Dessa forma, a avaliação institucional é um instrumento da qualidade de ensino e para ter êxito é necessário haver a participação de toda comunidade acadêmica.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES – MISSÃO E ORGANOGRAMA

O **IPESU** tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional do IPESU outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

A. OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, suas metas procuram responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa. A IES deve ter o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino com a extensão ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento. Tem como fim, ainda, garantir a qualidade desse produto, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e

técnico-administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida universitária.

A finalidade, disposta na estrutura regimental, destaca como objetivos e finalidades da faculdade:

- Formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Desenvolver a pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos sistematizados e investigações gerados na Instituição;
- Estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;
- Desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e transmitir o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Objetivos Gerais

O IPESU procura desenvolver ações que assegurem:

- A formação ética e humanística do sujeito voltada para a autonomia, cooperação, solidariedade, respeito à diversidade, tolerância e equidade social;
- A sólida formação técnico-científica, que possibilite ao sujeito compreensão e ação críticas do/no mundo em transformação;
- O envolvimento das instâncias superiores de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de ensino de Graduação;
- O aprimoramento da faculdade, visando sua qualificação na área educacional;
- A modernização institucional continuada;
- Os mecanismos que harmonizem as relações internas;
- Os meios necessários para a realização da sistemática de avaliação institucional;
- A integração das áreas de ensino e extensão com uma administração comprometida com a educação;
- O estímulo à comunidade acadêmica na busca por capacitação em áreas acadêmicas e técnico-administrativas; e
- Formas alternativas de recursos, intensificando parcerias com organizações nacionais e internacionais.

B. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA E INSERÇÃO REGIONAL DA INSTITUIÇÃO

O município de Recife foi fundado em 1537, e é hoje a maior e uma das principais cidades do Brasil. É a principal cidade da Região Metropolitana do Recife composta por 15 municípios (FIGURA 1)

Figura 1. Região Metropolitana do Recife, 2018



Compreende 15 municípios: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife. Todos os municípios da RMR fazem parte da Mesorregião Metropolitana do Recife, acrescentando-se a esta a Vila dos Remédios, núcleo urbano do arquipélago de Fernando de Noronha. O forte desenvolvimento da região está promovendo a expansão da RM para os municípios contínuos pertencentes a Zona da Mata Norte e Sul. Essa ampliação forma o colar metropolitano. Embora ainda não tenha sido institucionalizada por lei, o novo colar metropolitano

envolve seis municípios: Vitória de Santo Antão, Escada e Sirinhaém (Mata Sul) e Chã de Alegria, Paudalho e Itaquitinga (Mata Norte).

Para esse conjunto de municípios estão previstos: duplicação de rodovias, construção de escolas técnicas, de hospitais regionais, de alojamentos e futuros bairros residenciais populares. Levando em consideração o colar metropolitano formado por esses municípios adjacentes entorno da região metropolitana, a população da metrópole chega a 4,385 milhões, superando assim a Região Metropolitana de Porto Alegre e a RIDE do Distrito Federal e Entorno. , tornando-se assim, a 4º maior metrópole do país, atrás apenas das RM's de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Tabela 1. Indicadores demográficos da Região Metropolitana do Recife.

Município	Área (km ²)[1]	Estimativa da população	IDH	PIB	PIB per capita
		(2017)[2]	(2010)[14]	(2014) R\$ mil [15]	(2014) R\$
Abreu e Lima	126,193	99 364	0,679	1 332 105	13 565,09
			médio		
Araçoiaba	96,381	20 268	0,592	114 306	5 838,21
			baixo		
Cabo de Santo Agostinho	448,735	204 653	0,686	8 462 097	42 655,36
			médio		
Camaragibe	51,257	156 361	0,692	1 322 942	8 655,73
			médio		
Goiana	445,81	79 249	0,651	2 223 372	28 400,27
			médio		

Igarassu	305,56	115 398	0,665	2 327 886	20 987,64
			médio		
Ilha de Itamaracá	66,684	25 789	0,653	213 664	8 752,04
			médio		
Ipojuca	527,107	94 533	0,619	7 245 824	80 814,45
			médio		
Itapissuma	74,235	26 338	0,633	1 273 981	49 932,63
			médio		
Jaboatão dos Guararapes	258,694	695 956	0,717	13 217 350	19 410,36
			alto		
Moreno	196,072	62 119	0,652	560 996	9 282,63
			médio		
Olinda	41,681	390 771	0,735	5 327 121	13 700,70
			alto		
Paulista	97,312	328 353	0,732	4 083 576	12 770,39
			alto		
Recife	218,435	1 633 697	0,772	50 688 395	31 513,07
			alto		
São Lourenço da Mata	262,106	112 099	0,653	906 726	8 295,91
			médio		
RMR	3 216,262	4 044 948	0,734	99 300 341	25 040,76
			alto		

Recife é a metrópole mais rica do Norte-Nordeste em PIB PPC, é a sexta mais rica do Brasil, após as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. É ainda a oitava região metropolitana mais rica do Brasil em PIB nominal, e a mais rica do Norte-Nordeste. Boa parte da economia da

região vem da prestação de serviços, que concentrou 54,7% do PIB em 2008, embora a atividade industrial também esteja em patamar de destaque, sendo responsável por 40,5% do PIB do Grande Recife. Já as atividades primárias, que incluem a agricultura, foram responsáveis por 5,8% da economia da região. O Grande Recife é responsável por cerca de 65% do PIB de Pernambuco.

Trabalho e rendimento na cidade do Recife

Em 2016, o salário médio mensal em Recife era de 3.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 2 de 185 e 3 de 185, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 135 de 5570 e 93 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 180 de 185 dentre as cidades do estado e na posição 2991 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Economia na cidade de Recife

A economia do Recife é a 3ª maior do Norte-Nordeste, depois de Salvador e Fortaleza, segundo pesquisa do IBGE/2010. Nos últimos sete anos o município contou com um incremento de R\$ 17 bilhões em termos reais no Produto Interno Bruto (PIB), passando de R\$ 13,10 bilhões, em 2003, para R\$ 30,03 bilhões, em 2010. Esse crescimento acompanhou o movimento do PIB da Região Metropolitana do Recife (RMR), que chegou a R\$ 61,4 bilhões, em 2010, e de Pernambuco, com R\$ 95,1 bilhões no mesmo ano.

O PIB per capita do Recife é o que mais se destaca dentre as capitais do Norte-Nordeste. O valor também supera a média dos estados que integram as duas regiões brasileiras citadas. Em 2010, a população do Recife alcançou 1,53 milhões de habitantes, resultado de um crescimento modesto nestes últimos anos. A taxa de crescimento populacional entre os anos 2000 e 2010 foi de 8,07%, valor inferior aos percentuais da Região Metropolitana (10,59%) e de Pernambuco (11,09%)

Saúde e condições de vida no Estado de Pernambuco.

O estado de Pernambuco está localizado na Região Nordeste do Brasil e possui extensão territorial de 98.146,315 km², com 184 municípios e o distrito estadual de Fernando de Noronha. Há 12 Regiões de Saúde distribuídas por 4 Macrorregiões no estado. As regiões constituem-se geograficamente de municípios limítrofes com identidade cultural, econômica e social semelhantes, compartilhando redes de comunicação e de transportes, cuja finalidade, é integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. As Macrorregiões de Saúde são organizações territoriais compostas por Regiões de Saúde com o objetivo de ofertar ações e serviços de saúde de média especial e de alta complexidade, cujos procedimentos ou ações requerem maior tecnologia e perpassam a capacidade de apenas uma região.

Ao longo dos últimos anos, observam-se importantes mudanças sociodemográficas em Pernambuco, como a urbanização, o envelhecimento populacional e o aumento na expectativa de vida, sobretudo na população feminina. Cresceu o nível de escolaridade das pessoas com 11 anos e mais de estudo e também dos indivíduos com 15 anos e mais de idade, o que fez reduzir a taxa de analfabetismo. A desigualdade social diminuiu, atingindo o índice de Gini um patamar menor que o da Região Nordeste e do Brasil. Por outro lado, no tocante às características ambientais, persistem desafios para a ampliação do esgotamento sanitário e do acesso à água potável. Houve um aumento de 2,2 vezes na frota veicular, o que impõe novos desafios à implementação de políticas públicas para a mobilidade urbana e a segurança no trânsito, já que os veículos automotores estão entre os principais agentes de contaminação do ar, contribuindo para o aumento das doenças respiratórias e mais recentemente para a elevação dos acidentes de transporte terrestre, já considerada uma epidemia.

O número de consultas de pré-natal foi ampliado entre as gestantes, mas cresceu também a taxa de cesariana no estado, seguindo a tendência nacional

de uma cultura de cesáreas. As taxas de incidência e de letalidade das meningites caíram e desde 2006 não há nenhum registro de cólera. No que concerne à carga de adoecimento da população pernambucana, destacam-se a hanseníase, que permanece hiperendêmica em menores de 15 anos e a tuberculose com elevadas taxas de incidência e de mortalidade. As doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS, às hepatites virais B e C e a sífilis, especialmente a sífilis congênita, ainda despontam como doenças de importante magnitude no estado. E cresceu o número de notificações de surtos das doenças transmitidas por alimentos e da mortalidade por arboviroses a partir de 2010. Dentre as doenças e agravos não transmissíveis, as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis pelas maiores taxas de internação dos residentes pernambucanos. As neoplasias apresentaram um expressivo aumento nos últimos dez anos, enquanto a diabetes mellitus sofreu queda. Entre as doenças e agravos relacionados ao trabalho, predominaram os acidentes com exposição a material biológico entre os profissionais de saúde e as intoxicações causadas por medicamentos em estudantes. Dentre as principais causas básicas de óbito, destacaram-se as doenças do aparelho circulatório e as neoplasias, sobretudo em indivíduos com 60 anos e mais, o que reflete o envelhecimento da população, levando a um maior tempo de exposição aos fatores de risco. A mortalidade infantil e materna, eventos indesejáveis e em sua maioria evitáveis, sofreram redução e também os óbitos com causas mal definidas, indicando melhorias no acesso e na assistência e da informação sobre mortalidade. Por fim, espera-se que as informações aqui apresentadas forneçam subsídios para a reflexão sobre as políticas públicas implantadas e as melhorias indispensáveis para responder adequadamente às necessidades de saúde da população.

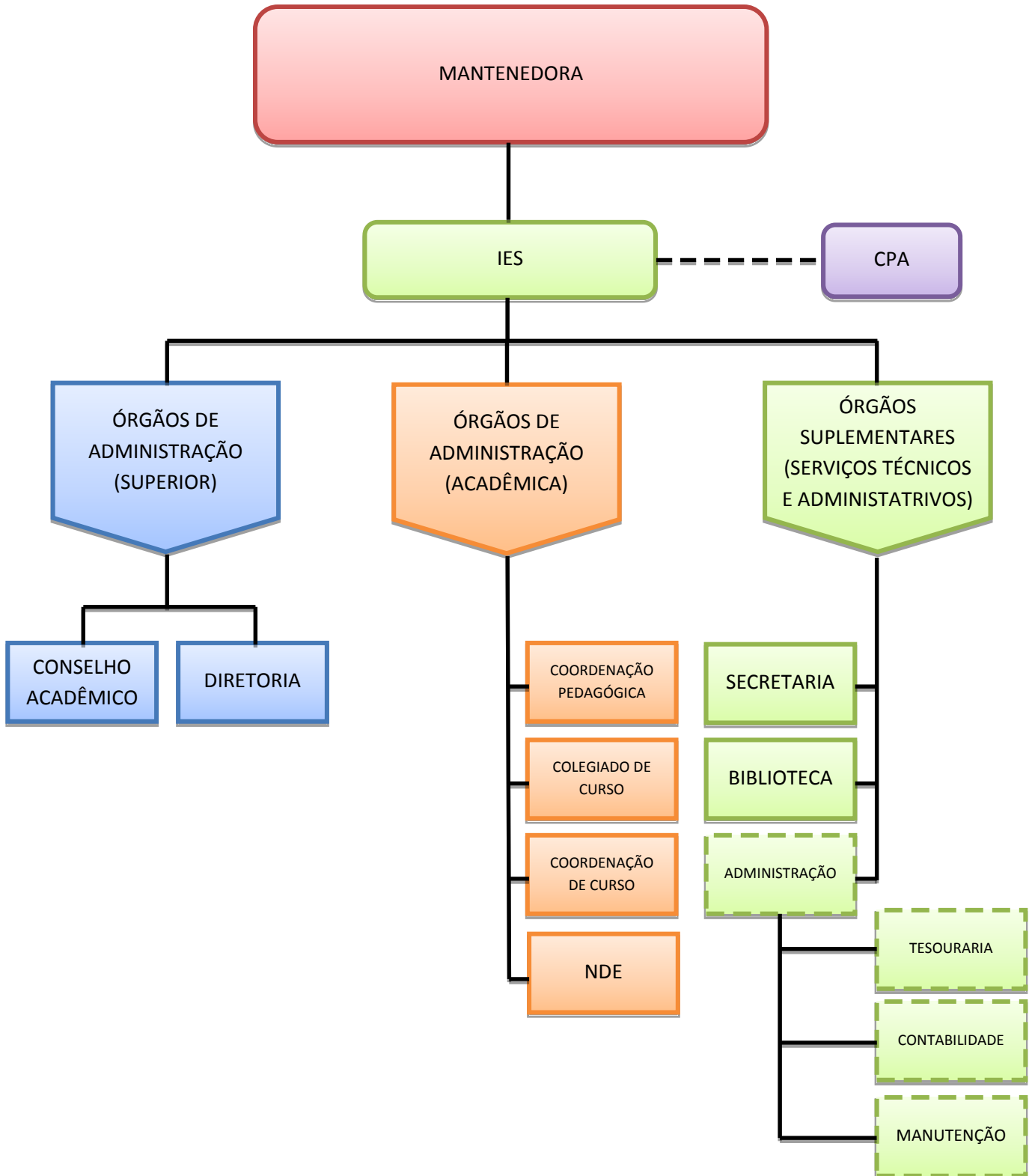
Educação na cidade de Recife

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 87 de 185. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 67 de 185. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.1 em 2010. Isso posicionava o município na posição 66 de 185 dentre as cidades do estado e na posição 3514 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação Superior

Especificamente, o retrato da região Nordeste através do Censo de 2012 mostra que essa região possui 444 instituições (INEP/MEC, 2014) e que, em especial, é caracterizada pela trajetória histórica de crescimento marcante desde 2001, quando possuía 211 IES. Atualmente, são 5.544 cursos de graduação em oferta e 1.297.200 matrículas na educação presencial e na educação à distância (EAD). Mais uma vez, destacamos um grande crescimento no setor privado, que possui 379 escolas, ou seja, 85% do número total. Quando consideramos o Estado de Pernambuco designadamente, território de interesse neste estudo, temos 96 IES, dessas 73 (setenta e três) no setor privado, de oferta presencial, conforme o cadastro nacional de instituições e cursos no sistema eletrônico do Ministério da Educação, E-MEC. Somem-se a isto os dados da economia local indicam a necessidade de uma maior e melhor capacitação de mão de obra para a sustentabilidade do desenvolvimento regional e, o investimento em educação superior parece ser a alternativa coerente com esses propósitos e isso nos leva a crer que existe muito espaço para o crescimento da educação superior privada.

Organograma da Instituição, a seguir:



2. HISTÓRICO DA MANTENEDORA

A Associação Pernambucana de Ensino Superior – APESU, pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Sigismundo Gonçalves, 375, Varadouro, Olinda, Estado de Pernambuco, cadastrada no CNPJ sob o nº 11.870.359/0001-36, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017. A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da APESU de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob a denominação de APESU ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO S/S LTDA., cuja ata encontra-se registrada no Cartório Carlos Marinho – 1º Ofício de Notas e Registro Geral de Imóveis de Olinda/PE, sob nº 839, protocolo nº 2576, em 15 de março de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº 11.870.359/0001-36. Com a transformação, a APESU passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou a alteração no cadastro do sistema e-MEC.

3. HISTÓRICO DA MANTIDA

O Instituto Pernambucano de Ensino Superior– IPESU, com endereços de funcionamento situados na Rua São Miguel, 176, Bairro Afogados, na Rua Santos Araújo, 90, Bairro Afogados, e na Rua Joaquim Nabuco, 237, Bairro Graças, em Recife, Estado de Pernambuco, foi credenciado pela Portaria nº 395, publicada no DOU em 06/03/01, possuindo os seguintes cursos:

Unidade I - Rua São Miguel, 176, Bairro Afogados: Administração, reconhecido pela Portaria nº 545, publicada no DOU em 06/06/17; Ciências Contábeis, reconhecido pela Portaria nº 271, publicada no DOU em 04/04/17; Enfermagem, reconhecido pela Portaria nº 822, publicada no DOU em 26/11/18; Farmácia, autorizado pela Portaria nº 133, publicada no DOU em 09/05/16; Fisioterapia, reconhecido pela Portaria nº 1.345, publicada no DOU em 18/12/17; Nutrição, autorizado pela Portaria nº 97, publicada no DOU em 04/04/16; Turismo, reconhecido pela Portaria nº 135, publicada no DOU em 17/01/05. Também são oferecidos Cursos Superiores de Tecnologia em Comunicação Institucional - 11 - (antigo Comunicação Empresarial), autorizado pela Portaria nº 3.097, publicada no

DOU em 04/10/04; Design Gráfico (antigo Comunicação e Ilustração Digital), autorizado pela Portaria nº 3.096, publicada no DOU em 04/10/04; Design Gráfico (antigo Produção Gráfica Digital), autorizado pela Portaria nº 2.959, publicada no DOU em 23/09/04; Estética e Cosmética, autorizado pela Portaria nº 847, publicada no DOU em 23/12/16; Produção Multimídia (antigo Comunicação para Web), autorizado pela Portaria nº 2.442, publicada no DOU em 12/08/04; Produção Multimídia (antigo Multimídia), autorizado pela Portaria nº 1.785, publicada no DOU em 21/06/04.

Unidade II - Rua Santos Araújo, 90, Bairro Afogados: Ciência da Computação, reconhecido pela Portaria nº 1.187, publicada no DOU em 27/11/17; Direito, reconhecido pela Portaria nº 547, publicada no DOU em 06/06/17. Também é oferecido o Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores, reconhecido pela Portaria nº 129, publicada em 20/03/13. Unidade III (Auxiliadora Graças) - Rua Joaquim Nabuco, 237, Bairro Graças: Administração, reconhecido pela Portaria nº 545, publicada no DOU em 06/06/17. Também são oferecidos Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (antigo Sistemas de Informação), reconhecido pela Portaria nº 597, publicada no DOU em 19/08/15; Comércio Exterior, autorizado pela Portaria nº 3.842, publicada no DOU em 17/12/03; Eventos, autorizado pela Portaria nº 3.933, publicada no DOU em 03/12/04; Gestão de Recursos Humanos, reconhecido pela Portaria nº 705, publicada no DOU em 09/12/13; Gestão de Turismo (antigo Turismo Receptivo), autorizado pela Portaria nº 3.936, publicada no DOU em 03/12/04; Gestão Desportiva e de Lazer (antigo Gestão de Empreendimentos Esportivos), autorizado pela Portaria nº 2.443, publicada no DOU em 12/08/04; Marketing, reconhecido pela Portaria nº 705, publicada no DOU em 19/12/13; Processos Gerenciais (antigo Gestão Empreendedora), autorizado pela Portaria nº 1.486, publicada no DOU em 26/05/04. Os pedidos de autorização dos cursos de graduação em Biomedicina e Psicologia encontra-se em tramitação junto a SERES/MEC. A mudança de endereço dos Cursos Superiores de Tecnologia em Comunicação Institucional (antigo Comunicação Empresarial), Design Gráfico

(antigo Comunicação e Ilustração Digital), Design Gráfico (antigo Produção Gráfica Digital), Produção Multimídia (antigo Multimídia) e Produção Multimídia (antigo Comunicação para

Web) para a Rua São Miguel, 176, Bairro Afogados, foi informada a SERES/MEC em 23/05/18, conforme Art. 45, Inciso I, da Portaria Normativa nº 23, publicada no DOU em 22/12/17 A mudança de endereço dos cursos de graduação em Ciência da Computação e Direito, e do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores, para a Rua Santos Araújo, 90, Bairro Afogados, foi informada a SERES/MEC em 27/07/18, conforme Art. 45, Inciso I, da Portaria Normativa nº 23, publicada no DOU em 22/12/17 A mudança de endereço para Rua Joaquim Nabuco, 237, Bairro Graças, dos Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (antigo Sistemas de Informação), Comércio Exterior, Eventos, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Turismo (antigo Turismo Receptivo), Gestão - 12 - Desportiva e de Lazer (antigo Gestão de Empreendimentos Esportivos), Marketing, Processos Gerenciais (antigo Gestão Empreendedora), foi informada a SERES/MEC, por meio do ato “Mudança de Endereço de Curso”, conforme Processos Nº e-MEC 201813687, 201813680, 201813681, 201813683, 201813686, 201813682, 201813684, 201813685, 201813694, respectivamente, em 21/06/2018.

Na Rua Pedro Bérnago, 300, Bairro Boa Viagem, funciona a Clínica de Fisioterapia.

Autorização e Reconhecimento de Cursos:

CURSO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO	VAGAS	ALUNOS 2018
	PORTARIA	PORTARIA		
Administração		545/17	300	187
Comunicação Social		100/05	150	-
Ciências da Computação		286/12	100	67
Ciências Contábeis		271/17	150	123

Direito		547/17	160	478
Enfermagem		216/12	100	192
Farmácia		133/16	100	285
Fisioterapia		1.345/17	100	205
Nutrição	97/16		100	63
Turismo		135/05	150	-
Comunicação Institucional	3.097/04	-	100	-
Design Gráfico	2.959 e 3.096/04	-	100	-
Estética e Cosmética	847/16	-	100	-
Multimídia	1.785 e 2.442/04	-	100	-
Redes de Computadores		129/13	100	62
Gestão Hospitalar 4 Portaria 176 –	Portaria 3.937 – 02/12/2004 DOU 03/12/200	18/04/2013 DOU 19/04/2013	100	-
Gestão de Recursos Humanos DOU	Portaria 3.841 – 15/12/2003 DOU	06/11/2012 Portaria 705 – 18/12/2013 DOU 19/12/2013 Solicitado em 28/04/2017 De ofício	100	-
Marketing	Portaria 84 – 12/01/2004 DOU 14/01/2004	Portaria 705 – 18/12/2013 DOU 19/12/2013	100	-
Análise e Desenvolvimento de Sistemas (antigo Sistemas de Informação)	Port. 1.487 – 25/05/2004 DOU 26/05/2004	De ofício Solicitado em 21/12/2016	100	-
Comércio Exterior	Portaria 3.842 – 15/12/2003 DOU 17/12/2003	Solicitado em 10/04/2007	100	-
CST em Gestão Turismo (antigo Turismo Receptivo)	Portaria 3.936 – 02/12/2004 DOU 03/12/2004	Solicitado em 10/04/2007	100	-
Gestão Desportiva e de Lazer (antigo Gestão de Empreendimentos Esportivo)	Portaria 2.443 – 11/08/2004 DOU 12/08/2004	Solicitado em 10/04/2007	100	-
Marketing (antigo Gestão Mercadológica)	Portaria 1.488 – 25/05/2004 DOU 26/05/2004	Portaria 665 – 30/06/2017 DOU 03/07/2017	100	-
Eventos (80050)	Portaria 3.933 – 02/12/2004 DOU 03/12/04	Solicitado em 10/04/2007	100	-

Processos Gerenciais (antigo Gestão Empreendedora)	Portaria 1.486 – 25/05/2004 DOU 26/05/04	Solicitado em 10/04/2007	100	-
--	--	--------------------------	-----	---

5. PROGRAMAÇÃO DE EXPANSÃO E ABERTURA DE CURSOS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ATUAL PDI – 2018/2022

O IPESU procura demonstrar grande capacidade de adaptação às mudanças do mercado de trabalho de Recife, buscando, no menor tempo possível, para que se respeitem os padrões de qualidade estabelecidos, tanto pelas diretrizes e objetivos da Instituição, quanto pelos órgãos públicos competentes, cursos relevantes para o atendimento das demandas de médio e longo prazo do mercado de trabalho da região. Com a abertura de cursos tecnológicos, o Instituto passa a abranger também as demandas de curto prazo, oferecendo formação superior de qualidade por meio de cursos que duram, em média, dois anos, possibilitando ao profissional pronto acompanhamento das tendências mais significativas nas empresas dos mais variados segmentos e portes. - 14 - No período de vigência deste PDI, qual seja, o quinquênio 2018-2022, está prevista primeiramente a implantação de cursos que visam a um melhor aproveitamento da capacidade já instaurada da IES, conforme dispostos na tabela abaixo:

Curso	ANO	Vagas
CST em Segurança do trabalho	2019	100
Letras	2020	100
Matemática	2021	100
Logística	2022	100

CURSOS EM TRAMITAÇÃO

Curso	Situação	Vagas
Biomedicina	Visita realizada, esperando Portaria de Autorização.	100
Psicologia	Visita realizada, esperando Portaria de Autorização.	100

6. CONCEITOS OBTIDOS PELO IPESU NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS

IES	CURSO	2017			2016			2015		
		IGC	ENADE	CPC	IGC	ENADE	CPC	IGC	ENADE	CPC
IPESU	Administração	3								
	Computação							2	3	
	Contábeis									
	Direito									
	Enfermagem					2	3			
	Estética e Cosmética									
	Fisioterapia					2	3			
	Redes			4	5				2	2

7. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação- CPA, do Instituto Pernambucano de Ensino Superior - IPESU, mantida pela Associação Pernambucana de Ensino Superior - APESU, nos termos da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em conformidade

com o estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

A proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte da premissa de contemplar um rol de medidas segundo as leis do SINAES. Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e

b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES. A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

a. Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Constituição da primeira CPA foi em junho de 2006. Encaminhamento ao INEP pela IES a proposta de auto avaliação em março de 2005. Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES. 2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação. Abril de 2006 envio do relatório de Consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna. Neste ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de auto avaliação institucional, iniciada em 2004. Ainda em abril o INEP estabelece que

até 30 de novembro as IES depositassem o relatório de auto avaliação do período de setembro 2006-setembro 2008 e assim foi feito. Alguns avanços foram verificados a partir dessa avaliação, mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito. Esta avaliação foi mais profunda e “profissional”, gerando um rico relatório. Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste. Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico. Verificou -se a necessidade de aumentar o envolvimento com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011. Verificou -se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados. As questões

dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas pelos públicos a que se destinam. Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas. As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus. A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito. A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância. A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos os questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação. No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

Em 2015 viu-se a necessidade de aplicar os questionários de forma on-line, visto que a plataforma onde o aluno e os professores acessam daria uma maior agilidade na consolidação dos resultados das pesquisas.

Em 2016 a CPA conseguiu implementar os questionários de forma “ON-LINE”, porém verificou-se a necessidade de uma maior sensibilização nas respostas dos mesmos e ajustes no sistema.

Em 2017 a CPA conseguiu efetivamente fazer os questionários para discentes e docentes no sistema "on line" e observou-se uma maior adesão na hora de responder, mas ainda não alcançou o objetivo almejado.

Em 2018 a CPA conseguiu um aumento significativo de respostas da Comunidade Acadêmica e 60% dos questionários foram respondidos.

b. Metodologia do Processo Avaliativo

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - Globalidade;
- b - Comparabilidade;

c - Respeito à identidade institucional;

d - Não premiação ou punição;

e - Adesão voluntária;

f - Legitimidade; e

g - Lontinuidade

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito pelas características específicas das instituições.

O princípio da não premiação ou punição fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A adesão voluntária ao processo de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A continuidade é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Objetivos que se pretende atingir:	
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e; - Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para sua realização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades as cumpridas pela instituição; - Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; - Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; - Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Somando esses objetivos às considerações do documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

- a - sensibilização;
- b - elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação;
- c - tabulação dos instrumentos propostos (relatório dos dados obtidos); e
- d - divulgação.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação e as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos que a seguir no quadro abaixo.

8. Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES:

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	EIXO 3: Políticas Acadêmicas	EIXO 4: Políticas de Gestão	EIXO 5: Infraestrutura Física
Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação em relação ao PDI; Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação	Contempla as dimensões: (1) Missão e PDI (3) Responsabilidade Social	Abrange as dimensões: (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) (Políticas de Atendimento aos Discentes)	Compreende as dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla as dimensões: (7) Infraestrutura Física

Metodologia da Coleta de Dados

A metodologia seguida para o desenvolvimento da Auto avaliação Institucional é de caráter científico, sendo as abordagens, de pesquisa quantitativa e qualitativa, coletadas por meio de uma série de instrumentos, tais como: questionários on line, cartazes e panfletos informativos.

Para a coleta dos dados são utilizados recursos tecnológicos usando o formulário eletrônico, visando assim proporcionar maior confiabilidade e agilidade na coleta e na apuração dos dados. Além dos questionários, usamos os relatórios das avaliações externas, formulário de atendimento da Secretaria, Ouvidoria e avaliação docente.

8.1 RESULTADO DAS PESQUISAS

QUESTÕES – ALUNOS	CONCORDA	DISCORDA
1. Você tem conhecimento da existência e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, responsável pela avaliação interna de IES?	80,8%	19,2%
2. A Comissão Própria de Avaliação - CPA realiza no período de sensibilização a explicação aos discentes de suas funções com material explicativo?	80,25%	19,75%
3. Os relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA são disponibilizados no site da IES de forma clara?	81,35%	18,65%
4. Os resultados da Comissão Própria de Avaliação são divulgados nas dependências (material impresso e folder) e no site da IES de forma objetiva?	81,85%	18,15%
5. Você atribui as melhorias da estrutura física e dos cursos ao trabalho conjunto da CPA e dirigentes da IES?	88,45%	11,55%
6. Os alunos conhecem a Missão da IES, principalmente, porque ela se articula às atividades de ensino, pesquisa e extensão?	78,1%	21,9%
7. O curso atende de forma satisfatória àquilo que você esperava quando ingressou na IES?	78,1%	21,9%
8. O curso desenvolve ações, que contribuem para a promoção da atenção a setores sociais e da cidadania na região na qual está inserido?	78,4%	21,6%
9. A Instituição realiza eventos (extracurriculares) que promovem ainda mais o desenvolvimento da formação profissional?	77,45%	25,55%
10. Os meios e canais de comunicação que são utilizados permitem o conhecimento das diversas atividades de ensino e extensão desenvolvidas pela Instituição de Ensino para a comunidade acadêmica (interna e externa)?	82,75%	17,25%
11. Os meios e canais de comunicação (Site, Facebook, Instagram e quadros de aviso), que são utilizados atendem de forma satisfatória a comunicação com a comunidade acadêmica?	89,3%	10,7%
12. A IES realiza trabalho de marketing (outdoor, panfletagem, visitas técnicas) e o site institucional para atender de forma satisfatória a comunicação com a sociedade?	86,45%	13,55%
13. A Faculdade oferece e/ou estimula seu aluno a participar de atividades de extensão (cursos, palestras, conferências, atividades no EAJ, Clínica Escola etc) de maneira adequada?	61,7%	38,3%
14.. Os meios e canais de comunicação (Considere os e-mails das coordenações, cartazes, banners, redes sociais e site institucional como sendo exemplos de canais de comunicação), que são utilizados atendem de forma satisfatória a comunicação com a comunidade docente?	61,76%	38,25%
15. A IES realiza trabalho de marketing (outdoor, panfletagem, visitas técnicas) e o site institucional para atender de forma satisfatória a comunicação com a sociedade?	61,55%	38,45%
16. O coordenador do curso é presente, ativo e conduz adequadamente as relações com os alunos?	76,75%	23,25%
17. Os professores, em relação ao conjunto de tópicos ministrados, demonstram possuir domínio do assunto?	93%	7%
18. Os conteúdos das disciplinas são coerentes e mantêm uma atualização pertinente à área de atuação e ao mercado de trabalho	85,3%	14,7%
19. Os professores solicitam muitos trabalhos/exercícios (em classe e extraclasse), os quais são coerentes com as matérias ministradas?	89,4%	10,6%
20. As técnicas de ensino adotadas pelos professores tornam as aulas atraentes e dinâmicas?	77,95%	22,05%
21. A IES proporciona condições de acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, piso tátil e sinalização em Braille), e estacionamento demarcado para o Portador de Necessidades Especiais?	92,05%	7,95%
22. Os laboratórios utilizados no curso atendem às necessidades pedagógicas das disciplinas?	76,9%	23,1%

23. A Biblioteca da IES atende de maneira satisfatória as necessidades e proporcionam qualidade aos discentes dos cursos?	95,4%	4,6%
24. Os serviços da Biblioteca permitem atendimento adequado às necessidades dos usuários?	97,59%	2,41%
25. A estrutura de atendimento ao aluno para informações, orientações e solicitação de documento é satisfatória?	88,15%	11,85%
QUESTÕES – PROFESSORES	CONCORDA	DISCORDA
1. Você tem conhecimento da existência e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, responsável pela avaliação interna de IES?	97,51%	2,49%
2. A Comissão Própria de Avaliação - CPA realiza no período de sensibilização a explicação aos discentes de suas funções com material explicativo?	97,47%	2,53%
3. Os relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA são disponibilizados no site da IES de forma clara?	97,5%	2,5%
4. Os resultados da Comissão Própria de Avaliação são divulgados nas dependências (material impresso e folder) e no site da IES de forma objetiva?	97,5%	2,5%
5. As fragilidades detectadas em CPAs anteriores e relatadas nos relatórios foram resolvidas e/ou melhoradas?	97,5%	2,5%
6. Os Docentes conhecem a Missão da IES, principalmente, porque ela se articula às atividades de ensino, pesquisa e extensão?	100%	0%
7. O curso que você leciona desenvolve ações, que contribuem para a promoção da atenção a setores sociais e da cidadania na região na qual está inserido?	100%	0%
8. A Instituição e o curso que você leciona realizam eventos (extracurriculares) que promovem o desenvolvimento da formação profissional do egresso do seu curso?	100%	0%
9. As atividades práticas e de extensão realizadas pela IES, como Clínica Escola, NPJ e outras atividades que os cursos realizam contribuem para a melhoria de vida da comunidade local?	97,5%	2,5%
10. Os meios e canais de comunicação (e-mails das coordenações, cartazes, banners, redes sociais e site institucional), que são utilizados atendem de forma satisfatória a comunicação com a comunidade docente?	100%	0%
11. A IES realiza trabalho de marketing (outdoor, panfletagem, visitas técnicas) e o site institucional que atenda de forma satisfatória a comunicação com a sociedade?	95,1%	4,9%
12. A imagem que a IES passa para você é positiva?	100%	0%
13. A organização didático-pedagógica da IES facilita seu trabalho enquanto docente?	100%	0%
14. O (a) coordenador (a) do curso que você leciona é presente, ativo e conduz adequadamente as relações com a comunidade docente?	100%	0%
15. O (a) coordenador (a) do seu curso é acessível e procura atender às suas necessidades e tirar suas dúvidas dentro do possível?	100%	0%
16. Os conteúdos das disciplinas são coerentes e mantém uma atualização pertinente à área de atuação e ao mercado de trabalho?	97,5%	2,5%
17. Os recursos humanos disponibilizados para lhe atender são suficientes?	95,13%	4,87%
18. Você acha que a IES promove uma Política institucional de acompanhamento dos egressos?	100%	0%
19. Você considera que os meios de comunicação que a IES utiliza (Intagran, Facebook, material impresso, folder, redes sociais e site institucional) atendem as necessidades da Comunidade Externa?	100%	0%
20. Você considera que os meios de comunicação que a IES utiliza (Intagran, Facebook, material impresso, folder, redes sociais e site institucional) atendem as necessidades da Comunidade Interna?	100%	0%
21. A IES proporciona condições de acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, piso tátil e sinalização em Braille e estacionamento demarcado) para o Portador de Necessidades Especiais?	100%	0%

22. Os laboratórios utilizados nos cursos atendem às necessidades pedagógicas das disciplinas?	97,5%	2,5%
23. Os Laboratórios Específicos do seu curso são amplos, arejados, bem iluminados e apresentam mobiliários e equipamentos adequados?	95,13%	4,87%
24. A Sala dos Professores é ampla, arejada, bem iluminada e apresenta mobiliário e equipamentos adequados?	97,5%	2,5%
25. A Biblioteca oferece atendimento adequado às necessidades dos usuários?	100%	0%

Com isso, podemos afirmar quais ações deveremos realizar e/ou melhorar para o ano 2019.

Avaliação do EIXO 1

Planejamento e Avaliação Institucional - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional. Fato(s) a destacar: A divulgação melhorou bastante no período e também o número de respostas aos questionários pela Comunidade acadêmica, mas ainda cabe esclarecer para os alunos O QUE É A CPA e QUAIS FORAM OS RESULTADOS obtidos pela comissão.	
FRAGILIDADES	- Discentes ainda precisam de bastante estímulo para responder ao processo de auto-avaliação.
POTENCIALIDADES	- Consolidação da Avaliação e atingimento da maturidade dos processos. - Interesse e motivação por parte dos membros da CPA. - Boa adesão dos públicos Docente e Técnico Administrativo. - Cerca de 60% responderam aos questionários de auto-avaliação. - 82% responderam que a CPA realiza a sensibilização com materiais didático/explicativo - 80% dos docentes que responderam, informam que o relatório disponibilizado no site é claro e objetivo. - 83% dos Docentes afirmam que tem conhecimento, existência e funcionamento da CPA. - 81% informam que os resultados da CPA são divulgados nas dependências da IES.
AÇÕES CORRETIVAS	- Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando aumentar o interesse e a cultura pela auto avaliação. - Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes. - Dirimir quaisquer dúvidas e sanar dificuldades que os discentes estejam enfrentando no preenchimento via sistema acadêmico. - Rever o período para resposta dos questionários.

Avaliação do EIXO 2

<p>Desenvolvimento Institucional - A missão e o plano de desenvolvimento institucional. A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</p> <p>Fato(s) a destacar: Cresceu o conhecimento e aprovação da comunidade acadêmica a respeito das atividades voltadas para a comunidade. Notadamente nas atuações da Clínica Escola de Saúde, Núcleo de Atendimento Jurídico, Palestras/seminários e realização de DIA NO CAMPUS.</p> <p>Colocação dos eventos de Responsabilidade Social no site da IES.</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Produção científica, apesar da instituição se encontrar desobrigada, por ser Faculdade e não Universidade. - Projetos de extensão ainda com pouca representatividade na IES
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Os formulários respondidos pela comunidade atendida na IES revelam índices altíssimos de satisfação com os serviços prestados em torno de 52%, estrutura física, em torno de 55% e atenção recebidos. - A comunidade demonstra muita satisfação e reconhece a importância da atuação da IES neste campo. - Crescimento do interesse da Comunidade Civil com o DIA NO CAMPUS. - Disponibilidade do Regimento Interno na página da IES (virtual). - Relatórios das avaliações externas avaliam de forma muito positiva as ações de responsabilidade social realizada pela IES. - Relatórios das avaliações externas avaliam de forma muito positiva o PDI e sua real implementação no dia a dia da IES. - Excelência nas ações de responsabilidade social praticadas efetivamente pela IES prestando serviços à população por meio do corpo docente e discente. - Colocação das atividades de Responsabilidade Social no site institucional. - A maioria dos entrevistados afirma ter bons conhecimentos acerca da Missão e Objetivos Institucionais.

	- Aumento do numero de Projetos de extensão da IES.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Inserir nos cursos a cultura da iniciação à pesquisa, onde for possível; - Reforçar a divulgação das atividades realizadas junto à sociedade civil no site da IES, Facebook e Instagram como forma de informar e criar maior engajamento entre os discentes. - Incentivar nos docentes, discentes a extensão como forma de integrar ainda mais a sociedade / IES

Avaliação do EIXO 3

<p>Políticas Acadêmicas - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. A comunicação com a sociedade. Políticas de atendimento ao estudante.</p> <p>Fato(s) a destacar: A monitoria da faculdade é realizada e sua compensação em horas de Atividade Complementares e não de Bolsas de estudos.</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Reclamações quanto à qualidade das aulas semipresenciais. - Houve reclamações em função da monitoria, que não mais recompensa com bolsa desconto, mas com horas de Atividades Complementares - Reclamações sobre as aulas dos docentes serem mais dinâmicas a atraentes
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras e workshops são constantes. - Acompanhamento Psicopedagógico para o aluno com dificuldade de aprendizagem através do NAPP; - 85% dos que responderam os questionários, concorda plenamente que o curso atende as expectativas quando ingressou na IES; - Canais de comunicação com alunos e professores são bem avaliados. - Satisfação de Discentes e docentes com a coordenação de seu curso, em torno de 86%. - 83% dos que responderam os questionários, concordaram que os professores dominam os conteúdos ministrados. - Disciplinas atualizadas em relação à área de atuação ao

	<p>mercado de trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ouvidoria em pleno funcionamento e bem avaliada pelos discentes. - 87% dos que responderam aos questionários, avaliam de forma satisfatória a qualidade na comunicação interna e externa da IES com a modernização e agilidade através do site da IES e melhoria de perfil no Instagram e Facebook e reforço na utilização destes meios. - Funcionamento efetivo e resposta plena nos canais de comunicação como a ouvidoria e do fale conosco. - 80% dos que responderam aos questionários avaliam de maneira satisfatória a divulgação dos relatórios e memória da CPA no site institucional. - Acesso fácil à direção da Instituição e às coordenações de curso.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Sugerir a Mantenedora e a equipe multidisciplinar uma reformulação nas aulas e apoio na disciplinas semipresenciais; - Continuar a dar mais ênfase à qualidade e menos aos valores de mensalidade nas comunicações de marketing. - Catequizar o alunado para reconhecer a função pedagógica da Monitoria, extrapolando os ganhos financeiros antes atrelados a ela. - Divulgar através dos coordenadores de curso, o que é e como funciona a Ouvidoria; - Continuar o processo de melhoria nas aulas ministradas, tornado-as mais atrativas e dinâmicas.

Avaliação do EIXO 4

<p>Políticas de Gestão - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.</p> <p>Fato(s) a destacar: De modo geral as avaliações foram bastante positivas no que tange ao atendimento ao aluno e professor.</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco incentivo salarial e de benefícios como o tíquete alimentação e planos de saúde e odontológico persistem. - Poucas oportunidades de bolsas para o corpo técnico administrativo.

<p>POTENCIALIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Grande maioria (discentes e docentes) concorda que os recursos humanos são suficientes para atender à demanda. - Clima organizacional positivo apontado como fator preponderante de satisfação no ambiente de trabalho pelo sétimo ano consecutivo. - Boa qualidade no atendimento nos setores administrativos da IES. - Coordenação atuante e acessível, tanto para alunos quanto professores. - CPA atuante e em sintonia com o corpo diretivo. - A mantenedora tem total condição de sustentabilidade financeira em função do balanço positivo do grupo de mantidas. - Aumento no número e qualidade dos treinamentos aos técnico-administrativos.
<p>AÇÕES CORRETIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Requerer junto à mantenedora concessão de bolsas para aperfeiçoamento em maior número do vem sendo feito. - Adoção de novas estratégias de marketing e abertura de novos cursos que tenham maior demanda por parte do mercado.

Avaliação do EIXO 5

<p>Infraestrutura - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação.</p> <p>Fato(s) a destacar: De modo geral, as notas para a estrutura física são positivas. A acessibilidade foi melhorada sob todos os aspectos e o Campus conta com um projeto para ampliação em 2.700m²</p> <p>Nota 4 na Avaliação externa em relação ao credenciamento da IES.</p>	
<p>FRAGILIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar na Clínica de saúde da IES; - Falta de local destinado ao descanso dos técnico-administrativos em seu intervalo
<p>POTENCIALIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações físicas em geral muito bem avaliadas, por parte dos discentes, docentes e avaliadores externos. - Nota 4 no Credenciamento da IES, onde foi destacado a estrutura física como destaque; - O relatório da Avaliação da IES, apresentou que todos os requisitos de acessibilidade estavam em pleno acordo com o instrumento de avaliação; - As salas de Aula foram bem avaliadas, oferecendo plenas condições para os docentes e discentes; - Biblioteca com capacidade de atendimento ao número de alunos da instituição, muito bem avaliada por alunos, professores e avaliadores externos. - Grande número de títulos no acervo das bibliotecas digitais. - Salas de aulas suficientes para o desenvolvimento das

	<p>atividades acadêmicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Laboratórios avaliados positivamente por alunos, professores e avaliadores externos.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar entre coordenadores e alunos como acessar as bibliotecas virtuais. - Estimular professores a fazer uso dos títulos disponibilizados on-line. - Divulgar de maneira mais evidente entre o corpo docente o sistema de reserva antecipada de equipamentos para que não haja mais observações quanto à quantidade de data shows; - Insistir junto à mantenedora por uma solução que proporcione um local de descanso para os técnico-administrativos.

9. CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA estão de acordo com o que determina a legislação. Ressalta-se que a CPA, não está somente ativa durante o processo de autoavaliação, uma vez que ela trabalha de forma permanente. Esse formato facilita a interação com os discentes, docentes e corpo técnico administrativo, que têm sempre um canal aberto à comunicação, de forma a facilitar e propiciar as contribuições, por exemplo, de estratégias de divulgação e captação novos alunos da Graduação. Isso demonstra que a CPA tem um papel importante na busca permanente de melhoria da Instituição. O Plano de Melhorias apresentado à Direção é sempre discutido e analisado em reuniões, à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e executado a partir das estratégias definidas entre a Gestão e a CPA. O processo de autoavaliação tem contribuído de forma direta e eficaz para a melhoria dos serviços prestados pela Instituição. Dessa forma, a Comissão de Própria de Avaliação – CPA desempenha um papel fundamental à medida que concentra seus esforços na identificação e proposição de melhoria dos pontos fracos, assim como, na identificação e intensificação dos pontos fortes, objetivando o cumprimento da Missão institucional.